



**CAMBUCI S.A.**  
**CAMB4**  
 CNPJ 61.088.894/0001-08  
 COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO



**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2010**

**Prezados Senhores:**  
 Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Comunidade Financeira e à Sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cambuci S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2010, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

**MENSAGEM DO PRESIDENTE**

No ano em que completa 41 anos de atuação no Brasil, a Penalty apresenta ao mercado o seu reposicionamento de marca. Este importante projeto foi iniciado internamente em 2008 e envolveu diretamente a Presidência e a Diretoria NBA tomada de decisões sobre a correta preparação da marca para um cenário esportivo muito promissor, que inclui a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no país nos próximos anos, e cada vez mais competitivo.  
 Amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol, o reposicionamento da Penalty prevê uma nova e arrojada identidade visual, a reformulação completa do portfólio de produtos, a estruturação para excelência na prestação de serviço e o fortalecimento da presença no mercado internacional.  
 A marca que escreve sua história através do apoio incondicional ao esporte, que apresenta excelente performance em pesquisas de recall junto a clientes e consumidores, que é endossada pelas principais federações, confederações, clubes e atletas pela inovação e qualidade reconhecida de seus produtos, continua focada em ampliar seus territórios, nacionais e internacionais, respaldada por um planejamento estratégico sólido e com visão de longo prazo.  
 O reposicionamento que está sendo proposto é a melhor forma de prepararmos a Penalty para os próximos anos e continuarmos mantendo a marca com um dos maiores expoentes do esporte nacional. O ano de 2010 foi extremamente importante para a Cambuci, pois caracterizou a solidez do grupo, a maturidade da gestão e a preparação de suas marcas, Penalty e Stadium, para o futuro.  
 Conforme destacado no Relatório de Administração anterior, o contexto esportivo nacional se mostra muito favorável à nossa Companhia, que durante os próximos anos encontrará um mercado aquecido - acima dos anos anteriores e da média dos outros mercados, em virtude da realização, no Brasil da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.  
 Diante deste ciclo virtuoso de crescimento, o plano da Cambuci é direcionar adequadamente seus investimentos em ampliação e modernização das fábricas, implantação de inteligência estratégica na cadeia de suprimentos, pesquisa e inovação, reestruturação comercial, treinamento e capacitação de profissionais em todos os níveis; para continuar se destacando como um importante player esportivo e atender eficientemente a nova realidade de mercado, através de uma real proposta de diferenciação de marca e valor agregado em produto, ampliando sua atuação em território nacional e internacional, com consequente aumento da margem de contribuição.  
 A preparação para este novo cenário da organização vem sendo feita internamente há dois anos, com a formação de uma equipe multidisciplinar para estudo e análise da situação atual, identificação de oportunidades e riscos no curto, médio e longo prazos, e proposta de um audacioso plano de marketing específico para cada uma das marcas do grupo.  
 No caso da Penalty, conforme detalhado em item particular sobre o assunto adiante neste documento, o planejamento citado prevê o reposicionamento completo da marca no ano de 2011. No caso da Stadium, a consolidação do realinhamento iniciado em 2010, que se mostrou muito acertado, conforme performance de resultados durante o ano.  
 Somando a estas informações as otimistas perspectivas econômicas e sociais do Brasil, que incluem a continuação da escalada das classes D e E, a geração de empregos, os aumentos salariais, o crescimento do PIB, entre outros, reforça nossa crença de que os resultados apresentados por esta Companhia continuarão numa espiral positiva, para a qual estamos devidamente preparados.

**Roberto Estefano**  
 Presidente - Executivo

**1. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**Inovação**  
 No ano de 2010, a inovação e o pioneirismo continuaram sendo pontos focais da Companhia. Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio:  
 - **Linha Max de Futsal** - linha profissional de futsal que oferece diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem de uma melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meio, equipamentos e acessórios.  
 - **Linha Sniper de Futebol de Campo** - linha profissional de futebol de campo e society, construída em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meio, equipamentos e acessórios.  
 - **Meião Kanguru** - único meião no mundo com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica ou esparadrapo.  
 - **Sistema d-Tech** - desenvolvido para auxílio da evolução do vôlei, detecta com precisão informações como posição e velocidade da bola.  
 - **Tecnologia Camaleão** - lançada em 2009 em bolas, a exclusiva tecnologia Camaleão passou a ser aplicada também em calçados. A tecnologia fotocromática constante no laminado do calçado, permite que

o mesmo mude de cor quando exposto aos raios ultravioleta (UV), presentes principalmente na luz do sol e em algumas luzes artificiais. Depois de encerrada a exposição aos raios UV, a cor do calçado retorna, de forma gradual, ao seu tom original.  
 E também no lançamento de novas tecnologias para a linha 2011:

- **Tecnologia Neogel** - nova tecnologia anti-impacto, obtida através da inclusão de uma camada extra na bola, desenvolvida com um composto de neoprene e gel, que deixa a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade.
  - **Tecnologia Polipima** - exclusiva construção de fibras naturais, algodão Pima, e sintéticas, microfibras de poliéster, que formam um tecido muito mais confortável, com melhor toque e ajuste ao corpo, evitando que o tecido grude no mesmo pelo excesso de suor.
- Além disso, a cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que auxiliem a oferta de produtos com diferencial técnico e maior valor agregado.

**2. DESEMPENHO FINANCEIRO**

A Receita Líquida em 2010 apresentou um aumento de 11,2 %, passando de R\$ 222,9 milhões em 2009 para R\$ 247,8 milhões.  
 A margem bruta de 2010 subiu de 40,9% em 2009 para 42,6% em 2010.  
 A Companhia vem demonstrando uma melhora significativa no índice de liquidez corrente de 2,15 em 2009 para 2,94 em 2010.  
 A Cambuci apresentou um lucro líquido em 2010 no valor de R\$ 14,9 milhões ante um lucro de R\$ 9,0 milhões em 2009, esse sem considerar a contabilização dos efeitos concedidos por ocasião da adesão do novo REFIN (Lei 11.941/09 e MP 470), e repactuação da dívida da Debêntures em 2010.

**3. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Cambuci manteve em 2010 o modelo de Governança Corporativa, como continuidade ao processo de reorganização administrativa e preparação para o crescimento internacional, iniciado há dois anos por meio da formulação do planejamento estratégico.

**4. RECURSOS HUMANOS**

O alcance dos objetivos em 2010 é fruto do início dos investimentos na construção de um modelo organizacional que suporte as demandas emergentes. A área de Recursos Humanos teve papel fundamental nesse processo, estabelecendo e divulgando políticas, práticas e processos inerentes ao desenvolvimento dos colaboradores, além de ferramentas e modelos que auxiliassem a liderança do grupo.  
 Entre as principais ferramentas podemos destacar a avaliação de desempenho, que objetiva direcionar para o alcance dos resultados por meio do acompanhamento efetivo do desempenho individual, orientando e incentivando os colaboradores com a definição clara das suas metas.  
 Em 2010 a Cambuci ampliou seu quadro de colaboradores. Com isso, o número de colaboradores responsáveis pelo crescimento da Companhia passou de 2.700 para mais de 2.848 pessoas.  
 Com o objetivo de atrair os melhores talentos, fidelizar e desenvolver pessoas, a Cambuci aprimorou seus programas de captação e desenvolvimento de talentos.

**5. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

A Cambuci mantém programas destinados a desenvolver jovens profissionais com perfil empreendedor e de liderança para trabalharem na Companhia, englobando oportunidades para **trainees**, estagiários e aprendizes. O programa de trainees, que teve início em 2007, obteve uma média de 2.000 inscrições e conseguiu efetivar 15 participantes até os dias atuais, dos quais 5 se destacaram alcançando cargos de gestão e liderança. O Programa de Aprendizagem, realizado em parceria com o Sesi/Senac por meio do CTC (Centro Tecnológico do Couro e do Calçado), promove o aperfeiçoamento técnico de jovens para atuação direta nas unidades fabris.  
 Para desenvolvimento de futuras lideranças e garantia de pessoal capacitado a atender as demandas de internacionalização, além dos programas citados acima, a Companhia conta com o Programa de Auxílio Educação, que consiste no custeio parcial de cursos de idiomas, primeira graduação ou pós-graduação, conforme critérios estabelecidos em procedimento interno.  
 Para garantir o desenvolvimento contínuo da força de trabalho o RH Corporativo tem como meta elaborar o Plano de Treinamento, haja vista a necessidade de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. O Mapeamento das Necessidades de Qualificação fornecerá o diagnóstico das necessidades de cada área, servindo de norteador na aplicação dos treinamentos, de forma teórica, vivencial ou de **e-learning**.

**Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro** (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	01/01/2009	31/12/2010	01/01/2009			31/12/2010	01/01/2009	31/12/2010	01/01/2009
<b>Circulante</b>			Reapresentado		Reapresentado	<b>Circulante</b>			Reapresentado		Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.214	963	7.706	2.372	Fornecedores	12	12.027	11.069	4.838	5.297
Contas a receber de clientes	5	60.238	64.991	58.103	61.817	Empréstimos e financiamentos	12	11.028	10.013	30.880	19.113
Estoques	6	35.383	31.236	45.619	37.889	Debêntures	13	1.198	10.189	9.385	1.198
Impostos a compensar	7	596	72	2.265	2.129	Salários e encargos sociais	14	5.221	5.066	20.942	5.668
Despesas antecipadas		3.539	3.146	4.017	3.158	Impostos e contribuições a recolher	14	8.902	3.647	4.552	6.923
Outras ativos circulantes		2.871	4.111	4.109	3.673	Outros passivos circulantes		3.053	7.021	2.213	3.248
		<b>103.841</b>	<b>104.519</b>	<b>121.819</b>	<b>114.701</b>	<b>109.951</b>		<b>38.329</b>	<b>47.005</b>	<b>72.810</b>	<b>41.447</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>						<b>Exigível a longo prazo</b>					
Partes relacionadas	8	10.713	1.033	516	288	Empréstimos e financiamentos	12	32.849	29.716	27.201	39.165
Bens destinados a venda		-	-	425	-	Debêntures	13	13.174	-	13.174	-
Outras ativos não circulantes		4.610	4.582	4.362	6.081	Partes relacionadas	8	-	125	7.532	-
		<b>15.323</b>	<b>5.615</b>	<b>5.303</b>	<b>6.369</b>	Impostos e contribuições a recolher	14	35.918	40.360	40.456	46.354
Investimentos	9	8.715	8.055	10.571	820	Provisão para perda em investimentos	9	16.405	14.483	11.567	-
Imobilizado	10	40.642	37.255	35.885	42.174	Provisão para contingências		3.909	4.767	46.101	3.908
Intangível	11	6.495	6.425	5.550	8.080	Outros passivos não circulantes		-	36	45	36
		<b>55.852</b>	<b>51.735</b>	<b>52.006</b>	<b>51.311</b>	<b>45.737</b>	<b>102.255</b>	<b>89.487</b>	<b>132.902</b>	<b>102.601</b>	<b>87.918</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>71.175</b>	<b>57.350</b>	<b>57.309</b>	<b>56.928</b>	<b>60.961</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>175.016</b>	<b>161.869</b>	<b>158.862</b>	<b>178.747</b>	<b>166.807</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**6. BENEFÍCIOS, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Em 2010, foram investidos mais de R\$ 4 milhões em benefícios, tais como alimentação, assistência médica, odontológica e farmacêutica, cesta de produtos, **kit** escolar, transporte, seguro de vida e posto bancário nas unidades fabris.  
 As unidades possuem ambulatório para atendimento clínico e medicina ocupacional. Ações de medicina preventiva foram constantemente disseminadas aos colaboradores e seus familiares por meio de feiras de saúde, palestras e campanhas educativas.  
 Todos os processos de trabalho da Cambuci priorizam a garantia da segurança e da qualidade de vida dos trabalhadores. Assegurar o bem-estar de sua equipe é essencial para a Cambuci, que tem nas pessoas um de seus valores. As ações sense sentido contínuo com a supervisão e a orientação de profissionais especializados, que atuam ativamente por meio de programas como a SIPAT e a ginástica laboral, bem como a prevenção de riscos ambientais e de saúde ocupacional.

**7. COMUNICAÇÃO INTERNA**

A comunicação interna é parte da estratégia da Companhia, que busca incentivar a transparência como base do relacionamento interno da empresa. O diálogo com o público interno é desenvolvido por meio de diversas ferramentas de comunicação, entre as quais estão o Jornal Bate Bola, Boletim de Marketing, o Boletim de RH, os murais internos, os DDS (Diálogos Diários de Segurança), as reuniões rápidas e a Intranet, entre outros, que permitem a participação ativa de todos os colaboradores.

**8. PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS**

A Cambuci desenvolveu e implementou o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Segundo a NR-09, são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos. Também levou em consideração, agentes ergonômicos e mecânicos (acidentes) existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Além das práticas ambientais são realizadas aulas de ginástica laboral todos os dias durante o horário de trabalho, com sessões de sete a dez minutos, sem distinção de setores na Companhia.  
 Na busca de fortalecer o seu processo de gestão para a qualidade total começou em agosto de 2003, na Unidade da Bahia, a implantação do programa de Equipes de Melhoria Contínua (CCQ - Círculos de Controle de Qualidade). Após o amadurecimento, o programa foi implementado em toda a Companhia, nas demais unidades: Confeções e Meias em 2004 e Calçados em 2005. Com a adoção de práticas voltadas para as dimensões da qualidade total (moral, segurança, atendimento, meio ambiente, qualidade e custo), surge a necessidade de fortalecer o lado de gestão de inserção de sistemas de avaliação e reconhecimentos, com a participação em eventos internos e externos, que propiciam e estimulam a troca de experiências, o aprimoramento contínuo e a capacitação dos colaboradores envolvidos. Hoje as práticas de melhoria continua têm sido fonte de crescimento organizacional, principalmente as voltadas para a conscientização ambiental, disseminadas pelas equipes de melhoria continua com a exposição de seus projetos em palestras, seminários e mostras internas.  
 As práticas ambientais internas não só promovem a reflexão dos colaboradores e comunidades sobre temáticas ambientais, mas proporcionam a adoção de ações no cotidiano, fortalecendo o papel do indivíduo na minimização dos impactos do meio ambiente.  
 A Empresa realiza periodicamente inventário dos resíduos das unidades e os resultados são apresentados no quadro de gestão à vista. Em média 87% dos resíduos de todas as Unidades são reciclados.

**9. AUDITORIA**

A Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes foi contratada pela Cambuci S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade.

**10. AGRADECIMENTOS**

Fechamos o ano em que a marca Penalty completou 40 anos de atuação no mercado esportivo, cientes de que a melhor forma de comemorar o passado é mantendo o foco no futuro.  
 Comprometidos com esta atitude e apoiados no reposicionamento estratégico adotado para 2011, continuaremos trabalhando na criação de valor das marcas da Companhia, na prestação de excelentes serviços e na entrega de produtos diferenciados que superem a expectativa dos nossos clientes e consumidores.  
 A Administração da Cambuci S.A. agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada na Companhia durante o ano de 2010. Em especial, aos nossos colaboradores, agradecemos a participação, dedicação e esforços pessoais empregados para tornar a Cambuci uma referência entre as empresas do setor.

São Paulo, 25 de Março de 2011

**A Administração**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	01/01/2009	31/12/2010	01/01/2009
<b>Circulante</b>			Reapresentado		Reapresentado
Fornecedores	12	12.027	11.069	4.838	5.297
Empréstimos e financiamentos	12	11.028	10.013	30.880	19.113
Debêntures	13	1.198	10.189	9.385	1.198
Salários e encargos sociais	14	5.221	5.066	20.942	5.668
Impostos e contribuições a recolher	14	8.902	3.647	4.552	6.923
Outros passivos circulantes		3.053	7.021	2.213	3.248
		<b>38.329</b>	<b>47.005</b>	<b>72.810</b>	<b>41.447</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	32.849	29.716	27.201	39.165
Debêntures	13	13.174	-	13.174	-
Partes relacionadas	8	-	125	7.532	-
Impostos e contribuições a recolher	14	35.918	40.360	40.456	46.354
Provisão para perda em investimentos	9	16.405	14.483	11.567	-
Provisão para contingências		3.909	4.767	46.101	3.908
Outros passivos não circulantes		-	36	45	36
		<b>102.255</b>	<b>89.487</b>	<b>132.902</b>	<b>102.601</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	15	32.340	32.340	32.340	32.340
Reserva de capital		75.367	75.367	75.367	75.367
Reserva de reavaliação		-	73	-	73
Ajustes acumulados de conversão		(197)	284	674	(198)
Prejuízos acumulados		(73.078)	(82.687)	(155.323)	(73.078)
Patrimônio líquido dos controladores		<b>34.432</b>	<b>25.377</b>	<b>(46.850)</b>	<b>34.431</b>
Participação de não controladores		-	-	268	181
Total do patrimônio líquido		<b>34.432</b>	<b>25.377</b>	<b>(46.850)</b>	<b>34.699</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>175.016</b>	<b>161.869</b>	<b>158.862</b>	<b>178.747</b>

**Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro** (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>Receita operacional bruta de vendas</b>		271.466	247.245	296.091	261.545
(-) Deduções da receita		(45.490)	(37.115)	(48.333)	(38.624)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>225.976</b>	<b>210.130</b>	<b>247.758</b>	<b>222.921</b>
Custo dos produtos vendidos		(133.453)	(122.817)	(142.210)	(131.708)
<b>Lucro bruto</b>		<b>92.523</b>	<b>87.313</b>	<b>105.548</b>	<b>91.213</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>					
Com vendas		(57.709)	(49.619)	(68.677)	(56.375)
Gerais e administrativas		(16.213)	(6.157)	(18.123)	(7.735)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.628)	(8.824)	296	(20)
Outras receitas (despesas) líquidas		3.114	61.994	3.259	60.599
		<b>(73.536)</b>	<b>(2.606)</b>	<b>(83.245)</b>	<b>(3.531)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>18.987</b>	<b>84.707</b>	<b>22.303</b>	<b>87.682</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras		(14.264)	(15.328)	(17.853)	(18.004)
Receitas financeiras		5.045	1.581	5.270	1.174
		<b>(9.219)</b>	<b>(13.747)</b>	<b>(12.583)</b>	<b>(16.830)</b>
<b>Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social</b>		<b>9.768</b>	<b>70.960</b>	<b>9.720</b>	<b>70.852</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Exercício		(271)	-	(271)	-
Diferido		(271)	-	(271)	-
<b>Lucro líquido antes da participação dos não controladores</b>		<b>9.497</b>	<b>70.960</b>	<b>9.449</b>	<b>70.852</b>
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	48	108
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.497</b>	<b>70.960</b>	<b>9.497</b>	<b>70.960</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação - ordinária</b>		<b>0,2570</b>	<b>1,9199</b>	-	-
<b>Lucro básico e diluído por ação - preferencial</b>		<b>0,2570</b>	<b>1,9199</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro** (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro do exercício</b>	9.497	70.960	9.497	70.960
<b>Ajustes para reconciliar o resultado resultante de despesas e receitas que não afetam o caixa</b>				
Equivalência patrimonial	2.582	5.432	237	722
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(293)	280	(283)	(2.4

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
(Em milhares de Reais)

**iv.** Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras. **v.** Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais. Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior: **a)** Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas como uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia; **b)** Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior; **c)** Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa a esta; **d)** Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos: **a) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Exceto quanto à conversão de saldos de investimentos de controladas no exterior, que são registrados diretamente em conta específica do patrimônio líquido, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. **b) Empresas do Grupo:** Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e os investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias), que têm moeda funcional diferente da moeda considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos conforme segue: **i.** Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras; **ii.** O patrimônio líquido inicial de cada balanceado corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações no patrimônio durante o exercício corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas de ocorrência; **iii.** As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; **iv.** Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Outros Resultados Abreangente" ou os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. **2.8 - Arrendamento mercantil:** Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros sob forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento, o que ocorrer em primeiro lugar. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.9 - Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada, perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **2.10 - Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, ou no preço de venda em transação mais recente com ativos semelhantes. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 11). **2.11 - Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.12 - Tributação: 2.12.1 - Tributo corrente** - O tributo corrente a pagar está baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo para imposto corrente é apurado com base nas alíquotas em vigor na data do balanço. **2.13 - Lucro por ação** - A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.14 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração a taxa média ponderada nas capturas de recursos dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a ativos e passivos, quando necessários, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.15 - Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras:** Práticas contábeis críticas são **(a)** importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; **(b)** requerem o julgamento dos respectivos valores; e **(c)** para compensar partes com prejuízos fiscais frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão descritos os critérios mais significativos utilizados nas principais rubricas das demonstrações financeiras: **a) Imposto de renda diferido:** O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensar partes com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável no ano em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal. **b) Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. A vida útil de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos. **2.16 - Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC/IASB. **2.17 - Instrumentos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou missão, exceto nos instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. **b) Mensuração subsequente:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrerem mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da intenção do ativo. Essa avaliação não afeta o valor justo dos ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.18 - Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas previstas no IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultando da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remunerações e capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Normas Internacionais Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP). A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores

Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas. O CPC 37 (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 01 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2. As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "International Financial Reporting Standard - IFRS". **3.1. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva:** O CPC 37 (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional): As isenções a seguir são aplicáveis às operações: **a) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição:** a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BR GAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo, a vida útil estar razoavelmente refletida na taxa de depreciação e a relevância deste critério; **b) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos:** A Companhia analisou possível reclassificação de seus passivos financeiros compostos em seus componentes de passivo e de patrimônio líquido de acordo com o CPC 39 (IAS 32); **c) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A Companhia registrou o ajuste de diferenças acumuladas de conversão sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior, conforme instrução do CPC 02 (IAS 21); As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data de adoção inicial: **a) Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19):** A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. **b) Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4):** A norma não é aplicável às operações da Companhia. O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam: **a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC. **b) Mudanças nas estimativas:** As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores. **c) Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente:** A norma não é aplicável às operações da Companhia. **3.2. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas:** Em conformidade com o CPC 37 (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abreangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01/01/2009 (data de transição) e 31/12/2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010. O patrimônio líquido e resultado dos ajustes realizados estão apresentado como se segue:

Controladora				Consolidado			
Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs
<b>Ativo circulante</b>	<b>101.553</b>	-	<b>101.553</b>	<b>109.951</b>	-	<b>109.951</b>	-
Disponibilidades	2.170	-	2.170	3.641	-	3.641	-
Créditos	55.453	-	55.453	49.009	-	49.009	-
Outros	43.930	-	43.930	57.301	-	57.301	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>55.591</b>	<b>1.718</b>	<b>57.309</b>	<b>59.243</b>	<b>1.718</b>	<b>60.961</b>	-
Ativo realizável a longo prazo	5.303	-	5.303	7.072	-	7.072	-
Investimentos	10.571	-	10.571	98	-	98	-
Imobilizado	(a) 35.923	(39)	35.884	(a) 47.995	(39)	47.956	-
Intangível	(b) 3.585	1.757	5.342	(b) 3.869	1.757	5.626	-
Outros	209	-	209	209	-	209	-
<b>Ativo total</b>	<b>157.144</b>	<b>1.718</b>	<b>158.862</b>	<b>169.194</b>	<b>1.718</b>	<b>170.912</b>	-
<b>Passivo circulante</b>	<b>72.810</b>	-	<b>72.810</b>	<b>83.616</b>	-	<b>83.616</b>	-
Empréstimos e financiamentos	40.265	-	40.265	49.566	-	49.566	-
Outros passivos	32.545	-	32.545	34.050	-	34.050	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>132.902</b>	-	<b>132.902</b>	<b>134.146</b>	-	<b>134.146</b>	-
Participação de não controladores	-	-	-	9.003	-	9.003	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(a) e (b) (48.568)</b>	<b>1.718</b>	<b>(46.850)</b>	<b>(a) e (b) (48.568)</b>	<b>1.718</b>	<b>(46.850)</b>	-
<b>Passivo total</b>	<b>157.144</b>	<b>1.718</b>	<b>158.862</b>	<b>169.194</b>	<b>1.718</b>	<b>170.912</b>	-

Controladora				Consolidado			
Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs
<b>Ativo circulante</b>	<b>104.519</b>	-	<b>104.519</b>	<b>114.701</b>	-	<b>114.701</b>	-
Disponibilidades	963	-	963	2.372	-	2.372	-
Créditos	64.991	-	64.991	61.817	-	61.817	-
Outros	38.565	-	38.565	50.512	-	50.512	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>54.143</b>	<b>3.207</b>	<b>57.350</b>	<b>48.899</b>	<b>3.207</b>	<b>52.106</b>	-
Ativo realizável a longo prazo	5.615	-	5.615	6.369	-	6.369	-
Investimentos	8.055	-	8.055	820	-	820	-
Imobilizado	(a) 36.647	608	37.255	(a) 37.554	608	38.162	-
Intangível	(b) 3.635	2.599	6.234	(b) 3.965	2.599	6.564	-
Outros	191	-	191	191	-	191	-
<b>Ativo total</b>	<b>158.662</b>	<b>3.207</b>	<b>161.869</b>	<b>163.600</b>	<b>3.207</b>	<b>166.807</b>	-
<b>Passivo circulante</b>	<b>47.005</b>	-	<b>47.005</b>	<b>53.331</b>	-	<b>53.331</b>	-
Empréstimos e financiamentos	20.202	-	20.202	31.474	-	31.474	-
Outros passivos	26.803	-	26.803	21.857	-	21.857	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>89.487</b>	-	<b>89.487</b>	<b>88.099</b>	-	<b>88.099</b>	-
Participação de não controladores	-	-	-	87.918	-	87.918	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(a) e (b) 22.170</b>	<b>3.207</b>	<b>25.377</b>	<b>(a) e (b) 22.170</b>	<b>3.207</b>	<b>25.377</b>	-
<b>Passivo total</b>	<b>158.662</b>	<b>3.207</b>	<b>161.869</b>	<b>163.600</b>	<b>3.207</b>	<b>166.807</b>	-

Os fluxos de caixa da controladora e consolidado de 01/01/2009 e 31/12/2009, preparados de acordo com as práticas contábeis vigentes até 31/12/2009, não possuem diferença com a adoção dos CPCs, exceto pelos assuntos descritos nas notas abaixo. **a) Imobilizado:** De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), a administração adotou ajuste da depreciação acumulada em seu balanço de abertura retrospectivamente, em virtude das práticas contábeis anteriores serem diferentes das práticas adotadas pelos IFRS. **b) Intangível:** De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), a administração adotou ajuste da amortização acumulada em seu balanço de abertura retrospectivamente, em virtude das práticas contábeis anteriores serem diferentes das práticas adotadas pelo IFRS. **c) Participação dos acionistas não controladores:** Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado. Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária. **d) Apresentação de Depósitos Judiciais:** No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrerá a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes. Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitida pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflète a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Companhia efetua a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de ativo não circulante os valores de depósitos judiciais.

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
BR GAAP (vigente até 31/12/2009)		22.170	(48.568)	22.170	(48.568)
Depreciação do ativo imobilizado	(a)	608	(39)	647	647
Amortização do intangível	(b)	2.599	1.757	842	842
Conforme adoção dos CPCs		25.377	(46.850)	25.377	(46.850)

**Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa	489	963	6.981	2.372
Certificado de depósito bancário "CDB"	725	-	725	-
	1.214	963	7.706	2.372

Os certificados de depósitos bancários (CDBs) são remunerados à taxa média de 100% da variação do CDI (10,64% em 2010 e 9,84% em 2009). Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI e com liquidez imediata.

**Nota 5 - Contas a Receber:**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contas a Receber	66.632	72.669	77.055	79.323
(-) Provisão de devedores duvidosos	(2.753)	(2.234)	(2.753)	(2.272)
(-) Transferência para mútuo	(3.641)	(5.444)	(16.199)	(15.234)
	60.238	64.991	56.618	61.817

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 60 dias. O saldo para devedores duvidosos é composto, substancialmente, por valores em atraso acima de 120 dias. A movimentação da provisão para devedores duvidosos esta demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(2.121)	(2.160)	(2.121)	(2.160)
Créditos provisionados no exercício	(113)	(112)	(113)	(112)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(2.234)	(2.272)	(2.234)	(2.272)
Créditos provisionados no exercício	(519)	(481)	(519)	(481)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(2.753)	(2.234)	(2.753)	(2.234)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Produtos acabados	15.776	14.926	25.074	20.279
Produtos acabados em Trânsito	5.483	5.523	5.483	5.924
Produtos em elaboração	2.223	2.694	3.016	2.775
Matérias-primas	9.195	7.836	9.196	8.654

→ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

à **Postalis**, com a **Anúncia Expressa da Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda.**, o valor de R\$ 18.479.425,92 (dezoito milhões quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos), que passa a ser o valor devido enquanto a CAMBUCI estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma: **a)** R\$ 3.112.719,46 (três milhões, cento e doze mil, setecentos e dez e nove reais e quarenta e seis centavos) paga no dia 14 de outubro de 2010. **b)** R\$ 15.076.667,42 (quinze milhões setenta e seis mil seiscientos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. **c)** R\$ 290.039,04 (duzentos e noventa mil e trinta e nove reais e quatro centavos) relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios entre exequentes e executada, conforme informado no item 2, pago no dia 14 de outubro de 2010.

### Nota 14 - Impostos e Contribuições a Recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Impostos e contribuições				
ICMS	110	-	8.144	10.605
PIS	90	-	228	25
COFINS	402	470	1.049	787
Outros	1.243	159	1.494	160
	1.845	629	10.915	11.577
Tributos Parcelados				
REFIS - Lei 11.941/09	26.728	29.507	29.215	31.797
PPI do ICMS	13.133	13.828	13.133	13.828
ICMS	13	43	13	43
	39.874	43.378	42.362	45.668
	41.720	44.007	53.277	57.245
	5.802	3.647	6.923	3.971
<b>Passivo circulante</b>	35.918	40.360	46.354	53.274
<b>Passivo não circulante</b>	41.720	44.007	53.277	57.245

A Companhia aderiu ao Novo Refis, instituído pela Lei 11.941/09, relativos a impostos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, apresentados em atraso. A referida adesão implicou na desistência irrevogável do programa PAES e a transferência do saldo nele existente para o total da dívida consolidada no âmbito do Novo Refis, bem como todas as ações pertinentes a créditos tributários e contestações de autos de infrações movidas contra a empresa. Em setembro de 2007 e no decorrer do exercício de 2008 a Companhia aderiu ao P.P.I. (Programa de Parcelamento Incentivado do Estado de São Paulo), conseguindo

### Conselho de Administração

Presidente: **Roberto Estefano**  
Vice-Presidente: **Getúlio Ponce Dias**

Conselheiros:

**Eduardo Estefano Filho**      **Eloy Gonçalves de Oliveira**      **Juliana Vizintas Estefano**

uma redução do valor dos juros moratórios, multa e honorários advocatícios. Resumo do Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em 31 de Dezembro de 2010:

	31/12/2010	31/12/2009
Impostos consolidados no PPI	13.881	13.881
(-) Parcelas pagas em 2007	(461)	(461)
(-) Parcelas pagas em 2008	(1.398)	(1.398)
(-) Parcelas pagas em 2009	(1.694)	(1.694)
(-) Parcelas pagas em 2010	(1.832)	-
Juros apropriados	4.637	3.500
	13.133	13.828

### Passivo circulante

#### Passivo não circulante

	1.944	1.783
	11.189	12.045
	13.133	13.828

**Nota 15 - Patrimônio Líquido: Capital Social** - Em Assembléa Geral Extraordinária dos Acionistas AGE/AGO realizada em 20 de abril de 2010 foi aprovado o desdobramento das ações da seguinte forma: 36.960.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 12.420.600 ordinárias, com direito a voto e 24.539.400 preferenciais, sem direito a voto. **Nota 16 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os impostos sobre a renda incluem imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas fiscais aplicáveis para imposto de renda federal e contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa agregada de 34%, para 2010 e 2009. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.497	69.738
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.229	23.711

Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva

Adições/exclusões temporárias líquidas	(297)	857
Adições/exclusões permanentes líquidas	1.000	(200)
Adoção ao Novo Refis Lei 11.941/09	(3.108)	(60.743)
Incentivos fiscais	(20.301)	(21.141)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(19.477)	(57.516)

### Diretoria Executiva

Dir. Presidente e de Relações com o Mercado: **Roberto Estefano**

Diretor Superintendente: **Eduardo Estefano Filho**

Dir. Industrial: **Eduardo José Becker**

Dir. Comercial: **Eduardo Vellinho Ruschel**

### Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da **Cambuci S.A.**, em cumprimento às disposições legais dos mercados onde a Companhia tem seus títulos mobiliários listados e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamento, a avaliação dos controles internos como

parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração, das Notas Explicativas e das Demonstrações Financeiras. Com base nos acompanhamentos e nos exames efetuados, considerando ainda, os pareceres dos Auditores Independentes e as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Cambuci S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Cambuci S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB**, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de

riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cambuci S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Cambuci S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB** e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 11, a Companhia aderiu, durante o exercício de 2009 ao parcelamento instituído pela Lei 11.941/09 referentes aos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. O saldo consignado na contabilidade, até a data de adesão ao parcelamento permitido pela Lei 11.941/09, apresentava saldo divergente em relação ao saldo do extrato da dívida consolidada divulgada pela Receita Federal do Brasil.

**Nota 17 - Política de Gestão de Risco:** As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (de juros e de preço), risco de câmbio, risco de liquidez e de crédito. **Risco de juros** - a empresa vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros através de negociações com as instituições financeiras, estas ações são decorrentes da estratégia adotada pela empresa. **Risco de câmbio** - é realizado um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas e coligadas. **Risco de liquidez** - é realizada tendo em consideração indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo. A gestão de risco tem como objetivo realizar acompanhamento da liquidez e efetuar os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata e liquidez trimestral permitindo a gestão obter dados numa óptica global. As principais ações da Companhia estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras. **Risco de Crédito** - Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional. A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente, acompanhando o limite de créditos concedidos aos clientes, acompanhar o nível de inadimplência tomando medidas necessárias para minimizar o impacto no caixa da Companhia. **Nota 18 - Instrumentos Financeiros:** Em 31 de Dezembro de 2010 os instrumentos financeiros mantidos incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e empréstimos e financiamentos, que têm seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aqueles de mercado. A Companhia ainda apresenta em 31 de dezembro de 2010, valores referentes a empréstimos, financiamentos, que por estarem vencidos e em processo de cobrança judicial não podem ser comparados aos valores de mercado. Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos, bem como não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos financeiros de proteção - hedge. **Nota 19 - Seguros (não auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ramo	Principais coberturas	Coberturas máximas anuais
Megarisco patrimonial	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, valores no interior tumultuos do estabelecimento, e greves, valores em trânsito com portadores, responsabilidade civil, salvamento e limpeza.	22.100

### Conselho Fiscal

Altamir Antão Fernandes  
Mario Alberto de Lima Reis Coutinho  
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

### Contador

**Ronaldo A. Bordini** - CRC 1SP 145437/0-6

condições de serem apreciados pela Assembléa Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 23 de Março de 2011

**Altamir Antão Fernandes**  
**Antonio Carlos Bonini Santos Pinto**  
**Mario Alberto de Lima Reis Coutinho**

São Paulo, 23 de março de 2011

**Boucinhas, Campos & Conti**  
**Auditores Independentes S/S**  
CRC 2SP 005528/0-2

**Toshio Nishioka**  
Contador  
CRC 1SP 104690/0-5